

Dívida: solução mais rápida?

A definição do quadro político institucional no Brasil, com a votação do sistema presidencialista de governo e de um mandato de cinco anos para o presidente da República, poderá apressar a conclusão das negociações sobre a dívida externa que estão se desenvolvendo não apenas com os credores privados, mas também com o FMI e o Clube de Paris. Essa é a impressão manifestada ontem por alguns importantes banqueiros franceses envolvidos com a dívida brasileira, depois de receberem telex de Nova York informando-os que o Comitê de Bancos, presidido por William Rhodes, está disposto a antecipar o encontro com os negociadores brasileiros para concluir os entendimentos.

Essas mesmas fontes revelaram que em Caracas, na Venezuela, ocorreu o primeiro contato do ministro da Fazenda com o Clube de Paris: um encontro com o subdiretor do Tesouro da França, órgão responsável pela secretaria do Clube de Paris, Jean de Rosen. Nesse encontro, além de terem sido tratados problemas técnicos e de calendário para uma reunião de reescalonamento da dívida pública brasileira, muito provavelmente, logo após o acerto com o FMI, Mailson da Nóbrega ouviu desse alto funcionário do governo francês palavras de incentivo dirigidas à nova política econômica brasileira. Segundo se revela em Paris, essa nova orientação que procura restabelecer relações normais com a comunidade financeira internacional poderá facilitar a rápida obtenção de novos créditos de exportação junto a diversos países credores que fazem parte da instituição financeira. Na França, aumentam as pressões sobre o governo, principalmente de setores industriais dispostos a aumentarem suas vendas de equipamentos para países como o Brasil.

Maior clareza

Os constantes adiamentos da votação pelos parlamentares, em Brasília, de matéria político-institucional, dificultaram o fechamento do acordo com os bancos priva-

dos, razão pela qual ainda ontem, em Paris, a imprensa especializada chegou a anunciar que a comunidade bancária acreditava que seriam necessárias várias semanas de negociações para que um acordo definitivo com o Brasil pudesse ser anunciado. Para os banqueiros europeus, com a decisão do Congresso as coisas estão agora bem mais claras e precisas, já se podendo prever uma certa evolução, pelo menos para os próximos dois anos.

Essa definição deverá também facilitar a primeira conversão de créditos em projetos de investimentos. No próximo dia 29, o Banco do Brasil deverá oferecer, como reembolso de uma parte da dívida, investimentos industriais no País. Na França, afirma-se que o sistema brasileiro apresenta certas obrigações, entre elas um projeto industrial novo, aprovado pelo Banco Central. Apesar disso, parece que está sendo bem aceito pelos investidores potenciais. Certas empresas francesas, principalmente pequenas e médias, mas que jamais investiram no Brasil, estão interessadas em participar das operações financeiras.

Proposta francesa

Jean de Rose, subdiretor de Negócios Internacionais do Tesouro francês, foi o autor da proposta francesa, abrindo um terceiro caminho para solucionar a crise atual no interior do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sua proposta poderá obter o apoio dos países latino-americanos, pois prevê o aumento da participação dos países que não são do Continente: 15 europeus, mais o Japão e Israel. A proposta dilui também o poder de veto que os EUA mantêm e querem ampliar. Essa proposta está sendo apoiada pelo ministro das Finanças da Holanda, Onno Running, convencido de que uma participação mais importante de capitais não regionais poderia contribuir para melhor equilibrar a instituição. Também os representantes da Itália e Alemanha Ocidental aprovam a proposta francesa.

Real Jnior